

Nota em solidariedade à Professora Patrícia Pedrosa Botelho

No início das atividades acadêmicas do ano letivo de 2023, fomos surpreendidos(as) com a notícia estarrecedora de que uma professora do campus Juiz de Fora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) havia sido agredida por uma aluna com necessidade educacional específica. Diante de tal fato, a única atitude que a APES poderia tomar era acolher a professora e colocar-se a sua disposição para auxiliá-la no que fosse necessário. Desde então, é isso que a APES tem feito: colocar-se ao lado da Professora Patrícia Pedrosa Botelho para apoiá-la na luta pelo esclarecimento do caso.

Ocorre que a mesma atitude não foi tomada pela gestão superior do IF Sudeste MG. Passados três meses da violência física à qual foi submetida, a Professora Patrícia também lida com a violência institucional no que diz respeito à condução do caso: não apenas o IF Sudeste MG se calou e fechou quaisquer canais de diálogo tanto com a professora quanto com a APES, como também impediu o direito ao acesso aos autos do processo em andamento, o que é gravíssimo.

Sendo assim, esta nota traz a público o repúdio da APES à falta de apoio institucional à Professora Patrícia Pedrosa Botelho, à morosidade e falta de transparência na condução do processo que se propõe a esclarecer os fatos que culminaram na agressão à Professora. A APES repudia ainda quaisquer atos de violência contra docentes. Repudia-se a negativa em dialogar com o sindicato sobre questões relativas à condução do caso sob a alegação de que os autos possuem dados sensíveis. Se faz necessário reforçar que o nosso principal objeto de repúdio é a violência institucional que sofrem tanto os docentes, que são submetidos às condições de trabalho precárias, quanto os alunos com necessidades educacionais específicas que são expostos a um processo de inclusão que não lhes oferece educação de qualidade.

Por fim, reiteramos a nossa luta incansável pelo direito de os docentes exercerem sua profissão em segurança e em condições que garantam a sua plena saúde física e mental. Ao mesmo tempo, defendemos que os estudantes com necessidades educacionais específicas tenham assegurado o direito ao acesso à educação de qualidade e que o processo de inclusão seja realizado de forma a garantir tal acesso. Lutamos para que a educação inclusiva seja realizada de maneira efetiva e com qualidade e que os docentes tenham condições dignas de trabalho, assim como os discentes com necessidades educacionais específicas tenham sua cidadania e dignidade garantidas.

A Diretoria

